

ARTIGO CONVIDADO

ENTENDENDO AS NOVAS DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS
CIENTÍFICOS



Profa. Dra. LIANA HOLANDA NEPOMUCENO NOBRE
Pró-Reitora Titular de Pesquisa e Pós-Graduação/UFERSA
Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA
Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR
Graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará/UFC
E-mail: liananobre@ufersa.edu.br



Profa. Dra. ALEXSANDRA FERNANDES PEREIRA
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação/UFERSA
Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA
Doutora em Ciências Veterinárias pela Universidade Estadual do Ceará/UECE
Graduação em Química pela Universidade Estadual do Ceará/UECE
E-mail: alexsandra.pereira@ufersa.edu.br

A avaliação da produção científica desempenha um papel estratégico no fortalecimento da ciência nacional, especialmente no que diz respeito à valorização da pesquisa desempenhada em programas de pós-graduação. Compreender as novas métricas para avaliação de periódicos científicos é essencial para pesquisadores, docentes e gestores institucionais, uma vez que essas mudanças impactam diretamente o reconhecimento da produção intelectual, a formação de redes de colaboração e o desempenho institucional. Nesse contexto, as recentes alterações propostas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) representam um reposicionamento significativo no modelo de avaliação vigente, buscando uma abordagem mais ampla, equitativa e sensível às especificidades das áreas do conhecimento e aos contextos regionais do Brasil.

Até o ciclo avaliativo de 2021–2024, o sistema brasileiro de avaliação de periódicos era baseado no Qualis Periódicos, ferramenta que categorizava os periódicos científicos em estratos (A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C), atribuindo maior prestígio às publicações veiculadas em revistas com classificação mais elevada. Embora esse sistema tenha contribuído para a consolidação de critérios objetivos, ele também apresentou limitações, como a supervalorização de métricas baseadas em fatores de impacto e o enfraquecimento de áreas com menor visibilidade internacional. A principal mudança que se estabelece para o próximo ciclo (2025–2028), com avaliação em 2029, é a transição do foco da revista para o artigo científico individual, promovendo uma avaliação centrada na contribuição real de cada trabalho para a



ciência. Agora, serão considerados os indicadores bibliométricos dos periódicos e dos próprios artigos, permitindo que cada trabalho seja avaliado de forma individualizada.

A nova diretriz propõe que a qualidade do artigo seja avaliada de forma mais direta e contextualizada. Isso significa que um mesmo periódico poderá conter artigos com diferentes classificações, de acordo com critérios, tais como número de citações, grau de inovação, relevância científica, contribuição para a área e disponibilidade em acesso aberto. Segundo as discussões realizadas nos grupos de trabalho da CAPES, a classificação dos artigos poderá adotar três tipos principais de parâmetros: (1) métrica da revista, ainda que aplicada de forma complementar; (2) indicadores do próprio artigo, como impacto em bases de dados e abertura de acesso; e (3) análise qualitativa, envolvendo a avaliação por pares quanto à originalidade, rigor e aplicabilidade dos resultados apresentados.

Esse novo sistema tende a promover uma avaliação mais justa, pois reconhece que o impacto de um trabalho não depende exclusivamente da revista onde foi publicado. Além disso, espera-se reduzir a dependência da lógica quantitativa do Qualis, que, por vezes, estimulava respostas inadequadas, como o direcionamento de publicações apenas para alcançar melhor pontuação institucional. Contudo, essa transição traz consigo importantes desafios: pesquisadores em início de carreira podem encontrar dificuldades para alcançar visibilidade e citações; áreas menos prestigiadas pela comunidade científica correm o risco de serem subvalorizadas; e o risco de distorções causadas por métricas manipuláveis, como a compra de acessos ou o uso indevido de autocitações.

Portanto, embora as novas diretrizes representem um avanço conceitual, ainda são necessárias ações complementares para garantir sua efetividade e equidade. A criação de parâmetros claros, transparentes e adaptados às realidades de cada área é fundamental para evitar subjetividades e conflitos de interesse. O diálogo contínuo com a comunidade científica será essencial para ajustar e validar esse modelo. Em conclusão, a centralidade do artigo científico na avaliação acadêmica representa uma oportunidade de transformar o sistema de avaliação em algo mais meritocrático e conectado com os reais impactos da pesquisa, mas seu sucesso dependerá da implementação criteriosa e do compromisso coletivo com a integridade e o avanço da ciência brasileira.